



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo os dados do Gabinete para os Recursos Humanos, até Março de 2015 existiam em Macau 22 112 empregadas domésticas, das quais apenas 106 provenientes da China, sendo as restantes das Filipinas, Indonésia, Vietname e Birmânia. A realidade demonstra-nos que o nível das empregadas domésticas é variável o que tem determinado impacto na vida social, designadamente, no caso das que apenas dispõem de documento de viagem, e que permanecem em Macau à procura de emprego. Segundo aqueles dados, apenas as 106 empregadas domésticas da China é que receberam formação profissional e dispõem do respectivo certificado, quer isto dizer que nada sabemos sobre as outras 22 006 empregadas oriundas de outros países, se terão, ou não, recebido formação. Porquê?

Segundo especialistas, para garantir os direitos e interesses dos empregadores, e reduzir as situações de os serviços não corresponderem ao prometido, as autoridades devem ser mais proactivas na adopção de medidas, no sentido de controlar a importação de empregadas domésticas, logo na fonte, e de regulamentar as condições de licenciamento das agências de emprego, por exemplo, rever a lei, com vista a assegurar que o nível de qualidade das empregadas domésticas do exterior e das da China, apresentadas por agências de emprego, seja idêntico, definindo que aquelas só podem trabalhar em Macau se possuírem certificado de formação profissional em trabalho doméstico. Neste momento, não existem regras sobre o licenciamento das



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

agências de emprego, e são muitas as queixas dos residentes devido às diferenças na qualidade do trabalho daquelas empregadas. O mais estranho é que, mesmo assim, a lei ainda não foi revista e continua-se a conceder licenças às agências de emprego, permitindo que continuem a oferecer empregadas de má qualidade. Perante isto, sugere-se ao Governo que, se se registarem muitas queixas sobre empregadas domésticas de uma mesma agência de emprego, porque o serviço não corresponde ao que foi prometido, o Governo deve avançar com acções de fiscalização, por amostragem, para verificar a situação. Caso tal se confirme, a empresa deve ser penalizada e, nos casos mais graves, ficar mesmo sem licença. Pois só assim é que será possível salvaguardar os direitos e interesses dos consumidores e resolver este fenómeno caótico, que tanto prejudica a vida da população.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:

1. Há especialistas e académicos que questionam as diferenças de qualidade das empregadas domésticas, e o facto do desempenho de algumas delas, aquém das expectativas, representar já um problema com impacto para a sociedade. Além disso, há empregadas que entram em Macau como turistas e ficam cá à procura de emprego. Segundo os referidos dados, apenas 106 empregadas da China Continental têm formação e certificação profissional, contra 22 006 de outras nacionalidades, que se desconhece se tiveram alguma formação. Por que razão as empregadas da China têm de ter formação profissional e certificação, e o mesmo não é exigido às outras, para poderem



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalhar em Macau? Por que razão é que essas outras podem entrar em Macau como turistas e ficar por cá à procura de trabalho?

2. Segundo propostas de especialistas e académicos, por forma a resolver as discrepâncias de qualidade dos serviços prestados pelas empregadas domésticas do exterior, há, necessariamente, que rever a lei, definindo que as que são apresentadas pelas agências de emprego têm de ter certificado de formação profissional em trabalho doméstico. E para além disso, se se registarem muitas queixas sobre empregadas domésticas de uma mesma agência de emprego, porque o serviço não corresponde ao que foi prometido, o Governo deve avançar com acções de fiscalização, por amostragem, para verificar a situação. Caso tal se confirme, a empresa deve ser penalizada e, nos casos mais graves, ficar mesmo sem licença, pois só assim é que será possível salvaguardar os direitos e interesses dos consumidores e resolver este fenómeno caótico, que tanto prejudica a vida da população. O Governo vai aceitar estas propostas? Em caso negativo, dispõe de melhores medidas para resolver este problema?

20 de Maio de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Mak Soi Kun